

Excelentíssimo Senhor  
Primeiro Ministro  
Dr. António Costa

OFI\_001\_03-05-2022

*C/c: Ministra da Coesão Territorial, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado do Planeamento, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias.*

**Assunto:** Município de Amares | Mapa de Baixa Densidade | Fundos Europeus

A experiência da Comunidade Intermunicipal do Cávado (*CIM Cávado*), em matéria de desenvolvimento territorial integrado, marca a diferença na sua capacidade de combinar políticas de competitividade e de coesão territorial.

Por esse motivo, esta entidade tem vindo a demonstrar a sua discordância relativamente ao mapeamento da Baixa Densidade do seu município de Amares, aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação (*CIC*) em 2015.

Efetivamente, com apenas quatro das dezasseis freguesias classificadas como territórios de Baixa Densidade, Amares tem sido altamente penalizado, em relação aos municípios limítrofes, no que respeita às oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Este é um município com um baixo grau de urbanização, com uma população em decréscimo. Tem uma ocupação urbana de solo reduzida<sup>[1]</sup>, sendo a parte sobranete, maioritariamente, florestal e agrícola<sup>[2]</sup>. Amares, não está servido, diretamente por autoestrada, rede ferroviária ou infraestruturas de transporte aéreo, apesar da proximidade a Braga facilitar o acesso a estes meios de transporte<sup>[3]</sup>.

Na ausência de uma classificação única para o conceito de território de Baixa Densidade, a CIC optou por recorrer a uma abordagem multicritério, considerando a densidade populacional, o povoamento, as características físicas e socioeconómicas do território e as acessibilidades.

Apesar da proposta apresentada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, ter na sua base uma análise multicritério à escala da freguesia, foi introduzido, a determinada altura, um fator diferenciador - quando se considerou que um município que tivesse mais de 50% das freguesias com os critérios de território de Baixa Densidade, ficava classificado na sua totalidade como território de baixa densidade - que acabou por criar ainda mais discrepâncias entre territórios iguais.

R

Esta classificação serviu de base para o Portugal 2020, e para os seus Programas Operacionais, que desencadeou diversos concursos específicos, com critério de bonificação na apreciação de candidaturas e majoração da taxa de apoio.

Efetivamente, quando comparamos Amares com os territórios contíguos, designadamente Terras de Bouro e Vila Verde, também eles associados da Comunidade Intermunicipal do Cávado e de baixa densidade, com base em critérios como o rendimento *per capita*, não encontramos diferenças que justifiquem as desigualdades criadas com a metodologia que serviu de base para a deliberação da CIC.

Sendo que há um forte impacto desta classificação nas oportunidades de crescimento, competitividade e desenvolvimento, nomeadamente ao nível do tecido social, económico e empresarial de Amares.

Verifica-se, pela análise do rendimento e índice de poder de compra, que Amares tem um valor bastante abaixo da média da NUTS III Cávado, da Região Norte e do valor médio nacional<sup>[4]</sup>. Da mesma forma, há uma diminuição da população residente em Amares, na última década, o que agrava as tendências de envelhecimento populacional, que importa reverter.

Isto leva à realocização de empresas para territórios vizinhos, em freguesias mais urbanas do que as existentes em Amares, mas em municípios classificados como de baixa densidade e que apresentam, à partida, melhor atratividade.

Estando perante um novo período de programação, urge corrigir as desigualdades e assimetrias criadas entre territórios com as mesmas características económicas e sociais, através da revisão dos critérios de classificação. Só assim será possível progredir para uma efetiva coesão e justiça territorial.

O período de Programação 2021-27 apresenta a temática da coesão social e territorial como um forte objetivo a atingir, com programas e ações especificamente desenhadas para os territórios de Baixa Densidade. Veja-se, a este propósito, a Estratégia Portugal 2030 que apresenta uma agenda temática vocacionada para um *país competitivo externamente e coeso internamente*, onde a coesão do território é um objetivo central das políticas a implementar na próxima década. Da mesma forma, esta agenda está vertida no Acordo de Parceria<sup>[5]</sup>, com os Objetivos Estratégicos 3 – “Portugal mais conectado” e 5 – “Portugal mais próximo”.

Como referimos nos nossos contributos no âmbito da Consulta Pública ao Acordo de Parceria Portugal 2030, pretende-se a valorização económica de territórios de baixa densidade, atração de recursos, talentos, residentes e investimento nesses territórios<sup>[6]</sup>.

A coesão territorial e, em concreto, a questão dos territórios de baixa densidade, é um tema tratado na estratégia NORTE 2030 - *Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia*<sup>[7]</sup>. Verifica-se nesse documento uma atenção às particularidades destes territórios e das dificuldades - a vários níveis, quer sociais, económicos, demográficas, mas também em termos de dotação e acesso a serviços e ao nível de infraestruturas de comunicação e transporte. Vejam-se os Objetivos Estratégicos 2 - “*Valorização de ativos e recursos intensivos em território*” e 4 - “*Consolidação sustentável de sistema urbano policêntrico*”, e Objetivo Transversal 2 - “*Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade*”.

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial Cávado 2030<sup>[8]</sup> também apresenta os territórios de baixa densidade como territórios que merecem políticas e apoios específicos. Procura-se um suporte à implementação de investimentos em territórios de baixa densidade do Cávado, através da discriminação positiva, com o objetivo de criar condições para a fixação de jovens e a atração de investimento, concertando com a capacitação de instituições e agentes locais.

Efetivamente, a questão dos territórios de baixa densidade percorre toda esta Estratégia da NUTS III Cávado, dadas as particularidades ao nível de paisagem, população, tecido empresarial, acesso a serviços sociais, entre outros, que estes territórios localizados especialmente da parte Norte e Este do território do Cávado conhecem e para os quais são necessárias abordagens específicas e atentas.

Em simultâneo com os Programas da Política de Coesão Europeia, será implementado o Plano de Recuperação e Resiliência<sup>[9]</sup>, que decorre até 2026. Também este Plano apresenta investimentos específicos direcionados para as áreas de Baixa Densidade, designadamente ao nível de infraestruturas de transportes e acesso a serviços sociais e de saúde.

São, portanto, várias oportunidades que irão surgir nos próximos anos, que vão fazer uma justa discriminação positiva dos territórios de baixa densidade - quer para o tecido empresarial, quer para os Municípios - e que aos quais o território de Amares não pode ficar impedida de aceder em todo o seu território.

A classificação de todas as freguesias do município de Amares como território de baixa densidade - que o município de Amares e a CIM Cávado têm, reiteradamente, solicitado - será a correção de um erro que se verificou no decorrer da implementação do Portugal 2020, e que, além de profundamente injusto, é tecnicamente errada do ponto de vista dos indicadores económicos e socio demográficos do município.



Por isso, o Conselho Intermunicipal e a Assembleia Intermunicipal, por unanimidade, em 20 e 26 de abril 2022, aprovaram a presente comunicação a ser remetida ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro, à Ministra da Coesão Territorial, à Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, ao Secretário de Estado do Planeamento, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias, que exige que todas as freguesias do município de Amares sejam classificadas como de Baixa Densidade.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Intermunicipal



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Rio)

<sup>[1]</sup> 30% - COS – Carta de Uso e Ocupação do Solo, Direção Geral do Território, 2018.

<sup>[2]</sup> 70% - COS – Carta de Uso e Ocupação do Solo, Direção Geral do Território, 2018.

<sup>[3]</sup> Por esse motivo, em diversas oportunidades, por exemplo Plano Nacional de Investimentos 2030, Amares e a CIM Cávado têm exigido a concretização da Variante do Cávado.

<sup>[4]</sup> De acordo com os dados fornecidos pela PorData (2019), para um valor médio nacional de poder de compra per capita de 100, a Região Norte conhece um valor de 93, a NUTS III Cávado 91,7 e o município de Amares de 71,9.

<sup>[5]</sup> Aprovado em Conselho de Ministros de 03.03.2022.

<sup>[6]</sup> Neste contexto, em 30.11.2021, a CIM Cávado exigiu a classificação de todas as freguesias de Amares, como Baixa Densidade.

<sup>[7]</sup> Aprovado pelo Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte em 30.12.2020.

<sup>[8]</sup> Aprovada pelo Conselho Intermunicipal de 25.06.2021.

<sup>[9]</sup> Aprovado pela Comissão Europeia a 16.06.2021